

## **ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2009 – NÚMERO 4**

Aos vinte e um dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove, nesta vila de Alpiarça, reuniu a Câmara Municipal em sessão ordinária no edifício dos Paços do Concelho. Compareceram Mário Fernando Atracado Pereira, Presidente da Câmara, Carlos Jorge Duarte Pereira, Mário Manuel Pereira Peixinho, Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira e Luís Filipe Silva Garrotes, Vereadores.

### **ACTAS:**

A reunião foi aberta pelo Presidente da Câmara, eram dezassete horas, começando por justificar a não existência de gravação das duas últimas reuniões de Câmara com um problema técnico detectado e relatado pelo Técnico de Informática, na primeira, e o furto do sistema de gravação, na segunda. Pelo que as actas em aprovação nesta reunião resultam de um desenvolvimento das minutas aprovadas nos finais das mesmas reuniões. Assim, passou-se à discussão e votação das actas de 17/11/2009 e de 07/12/2009. -----

Em relação à primeira, o Presidente e o Vereador Mário Peixinho sugeriram algumas alterações, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 4 votos a favor e 1 abstenção do Vereador Luís Garrotes, que se absteve por não ter estado presente na reunião à qual a Acta se reporta. -----

No que toca à segunda, o Presidente sugeriu a sua retirada tendo em conta o problema anteriormente exposto e a necessidade de aprofundamento de alguns dos assuntos tratados. -----

Não obstante, a Vereadora Regina Ferreira sugeriu algumas propostas de alteração à Acta que lhe foi apresentada, tendo-lhe seguido o exemplo o Presidente da Câmara, que acrescentou sugestões. -----

### **ANTES DA ORDEM DO DIA**

Interveio a Vereadora Regina Ferreira que se referiu ao Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS), dizendo que, após se ter informado mais detalhadamente sobre o projecto, chegou à conclusão de que as verbas destinadas às remunerações dos técnicos não podem reverter a favor de outras acções, pelo que é da opinião de que não se deve inviabilizar um projecto como este, que representa uma mais-valia para Alpiarça, por questões que se prendam meramente com os valores dessas remunerações. Entende que a Câmara deve envidar todos os esforços no sentido de conseguir um consenso com a Fundação José Relvas que permita o arranque do projecto. Justificou a sua intervenção na necessidade de esclarecer a sua posição tendo em conta que votou favoravelmente a proposta na última reunião. -----

O Vereador Luís Garrotes questionou o Presidente sobre possíveis desenvolvimentos nesta matéria. -----

A Vereadora Regina Ferreira voltou a tomar a palavra para questionar sobre as alegadas fugas de informação dos órgãos autárquicos para o blogue Rotundas e Encruzilhadas que tem noticiado sobre assuntos que dizem respeito à Autarquia e à Assembleia Municipal. A Vereadora é da opinião de que aquele não é o sítio indicado para a publicação dessas informações. -----

O Vereador Luís Garrotes interveio pedindo informações sobre a viagem dos representantes do município a Champigny-Sur-Marne, a propósito da gemação com

esta cidade francesa, no sentido de fazer um ponto de situação nas relações entre as duas autarquias, assim como de perceber quais as actividades desenvolvidas e quais as que ficaram agendadas ou, pelo menos, que ideias foram abordadas. -----

Perguntou também sobre alguma possível questão relevante para o município que tenha surgido durante o Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses no qual a Autarquia se fez representar.-----

Outra questão levantada pelo Vereador Garrotes prendeu-se com o subsídio a outorgar ao Clube Desportivo “Os Águias”, assunto que tinha sido protelado na última reunião de Câmara e que vinha referido na acta da mesma. O Vereador solicitou informações sobre possíveis desenvolvimentos desta questão.-----

O Presidente passou a responder às questões levantadas pelos vereadores, começando pela questão relativa ao CLDS, lembrando que o Instituto de Segurança Social (ISS) emitiu o seu parecer em sede de Núcleo Executivo, como participante do grupo de trabalho do CLAS, o que é diferente de dizer que o ISS aprovou a proposta da Fundação. Acrescentou que o assunto será decidido pelo Núcleo Executivo que irá reunir no sentido de reformular o Plano de Acção e o Orçamento. Essa decisão será posteriormente aprovada pelo CLAS e só depois o assunto regressará à Câmara para ratificação do documento final. Por fim, explicou que as verbas são orçamentadas em sede do Núcleo Executivo do CLAS e que, nesse sentido, elas podem transitar de umas acções para outras, desde que cumpram as directivas do projecto. O objectivo da Câmara é tentar obter um equilíbrio entre os gastos com as remunerações e os custos das acções no terreno.-----

No que toca à divulgação da informação, o Presidente explicou que a informação é colocada no site da Câmara e que é enviada posteriormente à comunicação social e aos blogues. O Presidente é da opinião de que, independentemente do aspecto mais informal desses órgãos, os mesmos não deixam de ser veículos de informação com projecção considerável que não deve ser desprezada a bem de uma mais eficaz divulgação das actividades da Câmara.-----

Já em relação às questões do Vereador Luís Garrotes, o Presidente reconheceu que o assunto do subsídio a atribuir aos Águias já tinha vindo a reunião de Câmara, mas que o assunto tinha sido protelado a fim de se elaborar uma proposta concreta e consistente. A proposta do Presidente é juntar o valor do subsídio pedido ao subsídio a atribuir anualmente a esta colectividade e, uma vez que estamos no fim do ano e numa fase de reavaliação do regulamento que preside à atribuição dos subsídios às associações, esperar pelo início do próximo ano para então definir e orçamentar esses subsídios, tendo igualmente em conta os Planos de Actividades a ser apresentados pelas colectividades.---

Relativamente ao Congresso da Associação de Municípios, o Presidente informou que a Autarquia esteve representada nas pessoas do Presidente da Câmara e do Presidente da Assembleia Municipal. Durante esses dias foram discutidos diversos assuntos, entre os quais a exigência que o poder local português deve fazer no sentido de contribuir para o desenvolvimento do poder local nos países da CPLP, sobretudo os países africanos e Timor. Essa contribuição deverá ser formalizada através da assinatura de protocolos com os poderes locais desses países, medida que foi insistentemente apresentada e incentivada durante o Congresso pelos diversos oradores. Outras questões abordadas

prenderam-se com o problema da limitação dos mandatos na Administração Local ao contrário do que acontece na Administração Pública, a questão da Lei das Finanças Locais, a questão da desigualdade de tratamento entre as autarquias com Bombeiros Municipais e as que têm Bombeiros Voluntários, representando um acréscimo muito significativo de despesas para as autarquias no primeiro caso. O Presidente comprometeu-se em fotocopiar a resolução do Congresso e em fazê-la chegar aos Vereadores.

A questão da Geminção foi respondida pelo Vereador Carlos Pereira, que esteve em representação da Autarquia, dando conta das reuniões tidas com os responsáveis pela cidade francesa, nas quais foi abordada a possibilidade de se estabelecer trocas culturais e desportivas, essencialmente. Em relação à possibilidade de estabelecer trocas comerciais, essa ideia ficou fora de questão uma vez que foi rejeitada pela congénere francesa. O Vereador adiantou ainda que, para além de Alpiarça, também estão geminadas com Champigny uma cidade escocesa, uma cidade alemã e outra italiana. Fora dos contratos oficiais de geminação, existem ainda relações da parte da cidade francesa com uma congénere da Nicarágua e com um campo de refugiados palestino, território que não é reconhecido formalmente como Estado independente. Nesse encontro, o Vereador recebeu propostas da cidade italiana que convidavam Alpiarça a participar em Itália em actividades desportivas, campos de férias para jovens. O Vereador terminou dizendo que essa informação também foi prestada ao Presidente da Assembleia que, a seu tempo, a divulgará nos órgãos próprios.

**- ORDEM DO DIA:**

**EXPEDIENTE:**

**FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:**

**VÁRIOS:**

**- Águas do Ribatejo – Deliberações do Conselho de Administração**

**1. Entrada do Município de Torres Novas**

**2. Saída do Município da Golegã**

**3. Estatutos da AR – Águas do Ribatejo**

A Vereadora Regina Ferreira perguntou se havia alguma razão para a Golegã querer sair desta empresa.

O Presidente explicou que a cobertura de rede de água na Golegã é relativamente recente e abrange a quase totalidade do município, pelo que não encontram nenhuma vantagem em integrar as Águas do Ribatejo. As posições do município da Golegã têm sido difundidas desde há uns meses pelos meios de comunicação social.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade requerer autorização à Assembleia Municipal para deliberar sobre o aumento de capital da AR-Águas do Ribatejo, a subscrever pelo município de Torres Novas nos termos constantes na análise económico-financeira do alargamento do sistema intermunicipal, que fica em anexo à presente deliberação e que aqui se dá por integralmente transcrito para todos os efeitos legais. A Câmara requer também à Assembleia Municipal que autorize que a participação social do município da Golegã seja alienada ao município de Torres Novas nos termos que a AR Águas do Ribatejo e os referidos municípios entendam por convenientes.

No que toca à intenção do município da Golegã de alienar a sua participação no capital

social na empresa Águas do Ribatejo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade remeter à Assembleia Municipal para que aquele órgão delibere:-----

a) Tomar conhecimento da intenção da alienação da participação social por parte do município da Golegã.-----

b) Autorizar que a participação social da Golegã seja adquirida pelo Município de Torres Novas ou pelos actuais sócios.-----

c) Autorizar que a AR Águas do Ribatejo aliene os bens que constituíram a realização do capital em espécie pelo Município da Golegã.-----

Considerando a necessidade de efectuar rectificações nos estatutos da AR Águas do Ribatejo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade requerer que a Assembleia Municipal delibere autorizar a rectificação da escritura de constituição e estatutos da Sociedade nos termos seguintes:-----

a) Rectificação da denominação: onde se lê AR Águas do Ribatejo EIM passará a ler-se AR -Águas do Ribatejo EM.-----

b) Onde se lê Sector Empresarial do Estado passará a ler-se Sector Empresarial Local.-----

c) Alteração da Sede Social da AR para a Rua Gaspar Costa Ramalho, nº 38, 2120-098 Salvaterra de Magos.-----

#### **- AR- Águas do Ribatejo, EIM – Análise Económico-financeira do Alargamento do Sistema Intermunicipal-----**

Tomou-se conhecimento da análise económico-financeira da AR-Águas do Ribatejo.-----

#### **- Minuta de Contrato de Arrendamento e de Comodato dos Médicos Cubanos-----**

O Presidente deu conhecimento da carta remetida pela Dr.ª Luísa Portugal, Directora Executiva do ACES da Lezíria II, que tratava deste assunto. Leu em seguida o despacho emitido por si, dando conta da intenção de ratificar, por deliberação da Câmara, as minutas de contratos de arrendamento e de comodato, de forma a corresponder positivamente à solicitação de garantia das condições de habitação aos médicos de nacionalidade cubana que prestam serviço no Centro de Saúde de Alpiarça.-----

A Vereadora Regina Ferreira realçou a importância da vinda destes médicos para Alpiarça, no que representa uma mais-valia para a população.-----

O Presidente concordou com a Vereadora, mas lembrou que neste caso a Autarquia se está a substituir à Administração Central, ao Ministério da Saúde, entidade responsável pela colocação dos médicos e pelo cumprimento dos direitos constitucionalmente garantidos de todos os portugueses à saúde. No entanto, reconheceu que neste caso, face à situação que se verifica em Alpiarça, urgia ser-se prático no sentido de assegurar a permanência dos médicos.-----

Deliberou-se por unanimidade a ratificação do despacho emitido pelo Presidente da Câmara no sentido de autorizar os procedimentos que conduziram à elaboração das minutas.-----

Deliberou-se igualmente por unanimidade a aprovação das minutas.-----

#### **- Modificações às GOP's – Alteração nº 18 -----**

Aprovado por maioria com 3 votos a favor e 2 abstenções dos vereadores Regina Ferreira e Luís Garrotes. -----

#### **- Modificação ao Orçamento – Alteração nº 17-----**

Aprovado por maioria com 3 votos a favor e 2 abstenções dos vereadores Regina Ferreira e Luís Garrotes.-----

**- Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2010-----**

O Presidente começou por explicar que foi feito um grande esforço no sentido de conseguir apresentar ainda em 2009 o Orçamento e as Grandes Propostas do Plano, pelo que realçou o esforço inextinguível levado a cabo pelos serviços, principalmente pela Chefe de Divisão, pela Contabilidade e pelo GAP. Apresentando os documentos, explicou que se trata de um Orçamento que reflecte e é consequência do estado financeiro em que o Executivo encontrou a Autarquia, estado esse que limita sobremaneira a acção da Câmara durante o próximo ano.-----

Após apresentação dos documentos, tomou a palavra a Vereadora Regina Ferreira que salientou que algumas rubricas eram muito vagas, carecendo muitas vezes de especificação. Referiu que lhes foi pedido a apresentação de um plano e que tentaram elaborar um que se enquadrasse nas questões que achavam ser mais pertinentes, ainda que com um certo risco, uma vez que não sabiam qual seria exactamente o objectivo do Executivo em termos de áreas de actuação. Limitaram-se, disse, a colocar um conjunto de actividades sem um fio condutor, por desconhecerem as áreas prioritárias do Executivo. Passando à análise pormenorizada do documento, a Vereadora, reportando-se à asserção por parte do Presidente de que teria havido um aumento da despesa corrente por inclusão no orçamento de toda a dívida existente, perguntou qual seria a origem dessa dívida, tendo em conta que anteriormente não estava inscrita. Por outro lado, afirmou que a totalidade em juros e outros encargos, trezentos e trinta e seis mil, setecentos e cinquenta euros, apenas representavam 2.6 % da despesa, o que lhe parecia pouco. Explicou ainda que compreendia o aumento da despesa, uma vez que era o reflexo do aumento de competências da Câmara, nomeadamente ao nível da educação e da acção social.

No que toca ao valor previsto para publicidade, a Vereadora afirmou considerar tratar-se de um valor exagerado dado o período que atravessamos que obriga a uma contenção de despesas. Reconheceu a importância da requalificação da Casa dos Patudos, questionando se a aprovação da obra orçada não estaria já contratualizada. Após salientar aquilo que considera serem as três grandes apostas deste plano (o Centro Escolar, a requalificação da Casa dos Patudos e a iluminação e o arranjo paisagístico), a Vereadora passou a assinalar questões de pormenor na redacção do documento, onde destacou a necessidade de apostar ainda mais na promoção da Casa dos Patudos, dado que 2010 é o ano das comemorações do centenário da república-----

O Vereador Luís Garrotes salientou o que considera tratar-se de um plano de continuidade, pelo menos no que toca a algumas iniciativas, reconhecendo igualmente que não poderia ser de outra forma. No que toca a questões concretas, o Vereador pediu que o Presidente especificasse o que entende por “uma aposta significativa no alargamento e apoio à diversificação de expressões culturais”, afirmação constante na introdução do documento.-----

Relativamente ao desporto o Vereador questionou a intenção, tanto quanto se percebe pela GOP, de realizar o Triatlo de Alpiarça abdicando da parceria com Santarém, o que representa um significativo aumento das despesas.-----

Em relação à rubrica de Cultura e Comunicação, o Vereador estranhou a ausência de referência à Feira do Vinho, bem como uma redução significativa no orçamento dos valores destinados a espectáculos, pelo que perguntou se poderia daí concluir que não se iria realizar a Feira do Vinho em 2010.-----

Realçou ainda a ausência no resumo do documento de referência aos subsídios a atribuir às colectividades, à semelhança do que acontecia nos outros anos, pelo que pediu que fosse informado sobre esses valores.-----

Outra dúvida apresentada pelo Vereador teve que ver com a inclusão no orçamento das receitas com a água. O Vereador questiona se esse valor deve vir no Orçamento já que entende que esse valor é receita directa das Águas do Ribatejo e não da Câmara.-----

No que toca às receitas a ter com as Piscinas e o Complexo Desportivo, o Vereador reparou num aumento significativo, pelo que perguntou se esse valor deriva da expectativa de aumentar a afluência nesses espaços ou se se trata apenas de uma questão de equilíbrio orçamental. A mesma pergunta serve para a rubrica dos Diversos, que tem também um aumento nas receitas.-----

Por último, questionou sobre a razão da não inclusão de nenhuma das propostas apresentadas por ele e pela Vereadora Regina para este Orçamento. O Vereador pretendia saber se essa escolha obedeceu a algum critério especial ou se não consideraram válidas as suas propostas.-----

A Vereadora Regina voltou a tomar palavra para salientar que não estão contemplados nas despesas os festivais e acções culturais que a Câmara se propõe fazer, como é o caso da Semana da Juventude ou da Feira do Melão.-----

O Presidente da Câmara passou a responder às questões que lhe foram colocadas, começando por reiterar que a contingência financeira da Câmara limitou a ambição deste orçamento e Plano. Depois explicou que o esforço feito para conseguir apresentar o documento ainda em 2009 impossibilitou uma maior profundidade na sua parte descritiva.

Em relação à afirmação do Vereador Luís Garrotes de que o Orçamento reflecte muito do trabalho que vem de trás, o Presidente anuiu, acrescentando que se essas iniciativas vêm de trás, também não é menos verdade que o pagamento das mesmas tem de ser feito agora, e isso vai absorver grande parte da receita que se consiga fazer este ano. -----

Relativamente à questão da dívida, levantada pela Vereadora Regina, o Presidente explicou que, apesar de a Câmara ter aderido ao PREDE, a dívida aumentou exponencialmente nos últimos meses do último mandato. Essa dívida vem espelhada na íntegra neste documento. -----

No que toca à questão da Água, o Presidente afirmou tratar-se de uma verba que a Câmara tem a expectativa de vir a receber e que diz respeito a pagamentos em atraso. Já o valor da receita na rubrica Diversos advém da necessidade de a Câmara fazer um orçamento que tenha um equilíbrio entre as despesas e as receitas, o que, face a um desequilíbrio tão acentuado, obriga a este tipo de expedientes. Trata-se, portanto, de um valor meramente fictício, facto que é totalmente assumido do ponto de vista político. -----

Em relação à Feira do Vinho, o Presidente adiantou que surgiram algumas dúvidas quanto à sua realização, não só porque representa um grande esforço financeiro para a Autarquia, mas também porque é sua intenção arrancar com outro tipo de iniciativas mais

diversificadas, nomeadamente a semana da Juventude ou o Festival do Melão. No entanto, e em princípio, a Feira do Vinho continuará a realizar-se, embora se possa repensar o modelo em que se baseará. O mesmo para a Alpiagra.-----

Sobre a questão do Triatlo respondeu o Vereador Carlos Pereira, afirmando que ainda não conhece a intenção por parte da Câmara de Santarém. No entanto pretendemos continua com a parceria, o que representaria uma redução nas despesas. Caso Santarém não queira participar, equacionar-se-á outra alternativa, nomeadamente a colaboração dos Águias que entretanto arrancará com uma equipa de Triatlo e que poderá concorrer junto da Federação a uma redução da despesa da organização da prova.-----

No que toca aos subsídios, o Vereador explicou que de uma forma geral eles estão incluídos na despesa, não estando, contudo, discriminados no resumo. Acrescentou que uma das razões para que tal aconteça é que as associações ainda não entregaram à Câmara o seu Plano de Actividades.-----

A Chefe de Serviços, Maria do Céu, acrescentou que os subsídios estão inseridos nas Despesas Correntes. Sobre a questão do Vereador Luís Garrotes sobre o aumento das receitas no Complexo Desportivo e nas Piscinas, a Chefe de Serviços admitiu tratar-se valores que servem meramente o equilíbrio orçamental.-----

O Presidente da Câmara voltou a intervir para explicar que a situação da obra na Casa dos Patudos é delicada, uma vez a obra arrancou sem a candidatura estar aprovada, situação que não sofreu ainda alteração até à data.-----

Por último, o Presidente respondeu à questão da Vereadora Regina sobre a verba disponibilizada para publicidade, dizendo que comparativamente ao ano passado esse valor foi reduzido.-----

Não havendo mais intervenções, os documentos foram postos à votação:-----

O Orçamento para 2010 foi aprovado por maioria com 3 votos a favor e 2 abstenções dos vereadores Regina Ferreira e Luís Garrotes.-----

As Grandes Opções do Plano foram aprovadas por maioria com 3 votos a favor e 2 abstenções dos vereadores Regina Ferreira e Luís Garrotes.-----

**- INFORMAÇÕES:**-----

**- Corpo Nacional de Escutas – Agradecimento**-----

A Câmara tomou conhecimento do agradecimento.-----

**-INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:** -----

Não houve inscrições.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou o restante Executivo sobre a tolerância de ponto concedida aos funcionários da Autarquia nos dias 24 e 31 de Dezembro, sendo que dia 24 a tolerância diz respeito ao dia inteiro e no dia 31 ela é concedida apenas no período da tarde.-----

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Câmara, eram dezanove horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.-----

E eu, Vitória Maria Lopes de Faria Brito, a exercer funções de Secretária no Gabinete de Apoio à Presidência, da mesma Câmara, servindo de Secretária, a redigi e assino. -----

---

---